



ICANN 48 | Buenos Aires, Argentina 17-21 November 2013

A 48.ª edição da ICANN meetings decorreu entre os dias 17 e 21 de novembro, na segunda maior cidade da América Latina, Buenos Aires, Argentina. O futuro da governação da Internet assumiu a categoria de “hot topic” nesta reunião onde estiveram cerca de 1700 participantes.

DESTAQUES

- **NIC .AR (Argentina) acolhe a 48.ª edição da ICANN meetings. O ccTLD da Argentina foi criado em 1987, sendo desde 2011 gerido pela *Dirección Nacional del Registro de Dominios de Internet – DNRDI*. A Argentina é o oitavo maior país do mundo em área territorial e tem mais de 41 milhões de habitantes, contando hoje com cerca de 2 400 000 domínios registados sob .ar e uma taxa de penetração da Internet à volta dos 75%;**
- **Lesley Cowley, CEO da Nominet (registry do .uk) foi a vencedora do primeiro Prémio Liderança do ICANN. Fadi Chehadé anunciou ainda o Prémio Ethos a atribuir na reunião de Singapura a uma personalidade que se tenha destacado pelo seu trabalho de desenvolvimento e implementação de um modelo multistakeholder;**
- **.wine e .vin, dois novos gTLD's que continuam a gerar muita controvérsia e que mereceram uma manhã de discussão no GAC.**

Depois da recomendação do GAC de 8 de outubro, na sequência da reunião de Durban, as candidaturas apresentadas para o .wine e .vin ficaram suspensas. Este assunto foi agora retomado no GAC e continua a não haver consenso entre os países representados neste fórum. Se por um lado a Comissão Europeia (representando os 28 estados membros) defende a necessidade de serem aditadas salvaguardas no processo de aceitação destas candidaturas, países como os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia e Austrália consideram que o processo deve continuar e que não há necessidade de criar mecanismos de proteção adicionais, bastando tudo aquilo que acabou por ficar refletido no comunicado de Pequim. A CE defendeu em particular, a questão do ICANN dever envolver-se nas negociações que estão agora a decorrer entre as partes interessadas, não se devendo fazer letra morta das disposições do WTO Agreement¹, em concreto, da obrigação que resulta deste tratado internacional de proteger as chamadas GI², acresce o facto de haver mais de uma centena de países que nos respetivos quadros legais encerram disposições que visam proteger os bens em que há uma ligação efetiva ao seu local de origem: por exemplo, Champagne, Roquefort, e também vin ou wine. No caso destes dois futuros gTLD's os dois blocos em confronto resultam claramente da circunstância de haver claros interesses económicos que devem ser salvaguardados, por um lado a Europa, grande e conhecido produtor de vinho e, por outro, a América do Norte e Nova

¹ http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/final_e.htm

² http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/27-trips_04b_e.htm

Zelândia e Austrália com interesses menores nesta matéria. Refira-se que este último país destacou o fato de ser igualmente produtor de vinho tendo registadas várias dezenas de GI's, sendo que, ainda assim, considera estarem reunidas todas as condições para avançar com o .vin e .wine. No comunicado emitido pelo GAC acessível em: <http://www.icann.org/en/news/correspondence/gac-to-board-20nov13-en.pdf> acabou por não haver qualquer recomendação específica a este respeito, antes, e apenas, uma partilha sobre a discussão agora na mesa, deixando-se ao board do ICANN a decisão final deste processo inerente à proteção dos GI's. neste comunicado foi ainda chamada a atenção do board para a importância de alertar os responsáveis dos novos gTLD's para a proteção dos direitos humanos, em especial das crianças e dos mais desfavorecidos. Destaca-se ainda que continuam a ser referidas cautelas para o avanço de processos como o relativo ao .doctor³, o .islam e . halal e os IDN's das candidaturas chinesas .guangzhou e .shenzhen.

- **ICANN celebrou o seu 15.º aniversário numa cerimónia simbólica onde estiveram presentes Steve Crocker (hoje, Chair do board do ICANN), Vint Cerf e Bob Kahn, todos amplamente conhecidos e identificados como “pais” da Internet.**
- **CEO do ICANN anuncia que a L-root é a rede mais abrangente do planeta com 146 instâncias em mais de 70 países, ou seja o servidor L é o que tem mais réplicas a nível mundial;**
- **Desde o dia 23 de outubro já foram delegados – entraram na Internet root-zone – 24 novos gTLD's, por exemplo: .sexy, .bike . tattoo. A Minds and Machines anunciou o lançamento no seu site da possibilidade de efetivação de um pré-registo para domínios sob .best, .casa, .ceo, .cooking e .horse, a aguardar – e sob futura gestão deste registrar – estão TLD's como o .miami, .abogado, .country, etc. Refira-se que os preços aplicados merecem nota, se um .ceo pode custar €119/ano um .casa custa €419/ano;**
- **.nl (ccTLD Holandês) cresceu de 1 300 000 domínios registados em 2005 para perto de 5 500 000 milhões no final de 2013, o orçamento do registry SIDN cresceu em semelhante proporção: de € 7 para 20 milhões;**
- **.cr (Costa Rica) sofreu um ataque ao seu site de registo no passado dia 13 de outubro, o problema foi resolvido em 2 horas e não teve impacto negativo no negócio: os dois fatores de sucesso foram o apoio do CERT.CO e do departamento de segurança do ICANN, no sentido de resolver as vulnerabilidades técnicas em questão, e o facto de terem um plano de comunicação preparado para esta tipologia de emergências, o qual foi acionado por forma a não tornar alarmante o incidente, minimizando com isso eventuais críticas negativas por parte da imprensa ao funcionamento do serviço;**

ccNSO⁴

Os trabalhos dos 144 membros do ccNSO decorreram entre os dias 19 e 20 de novembro. No primeiro dia os presentes debruçaram-se em particular:

³ Argumento prende-se com o facto deste gTLD se referir a uma atividade regulada e que, por isso mesmo, ser protegida. Curiosamente o .abogado vai avançar.

⁴ <http://ccnso.icann.org/>

Questão da revogação de uma delegação a um ccTLD

Falando do âmbito do RFC 1591 relativo ao processo de delegação técnica da gestão de um ccTLD por parte da IANA podemos identificar três institutos distintos: a delegação em si, para novos ccTLD⁵; a transferência de uma delegação – requer sempre o assentimento do anterior gestor do ccTLD em questão – e, por fim a revogação de uma delegação. Nesta aceção a "revogação" refere-se a um processo em que a IANA⁶ rescinde a responsabilidade da gestão de um ccTLD a uma determinada pessoa a quem esta estava adstrita em termos formais. Nestes casos, é feita a transferência da gestão do ccTLD em questão para outro titular sem o consentimento do anterior. Trata-se aqui de uma situação limite só aplicável no caso de haver problemas recorrentes na gestão do domínio, má fé, comportamento danoso ou contrário às regras de boa gestão de um ccTLD. Este processo é conduzido oficiosamente pela IANA.

Impacto da declaração de Montevideo⁷ sobre o futuro da cooperação na Internet

Após as revelações sobre a monitorização e vigilância em massa e da recolha de dados pela Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA), o debate sobre a legitimidade dos governos de todo mundo e da comunidade Internet em geral no ecossistema de governação da internet chegou a um ponto crítico. No passado dia 7 de outubro, foi redigida e assinada pelos líderes das organizações responsáveis pela coordenação da infra-estrutura técnica da Internet – onde se inclui o ICANN e o ISOC - a chamada declaração de Montevideo. Com base num modelo de atuação multistakeholder foram então sufragados um conjunto de princípios onde se destaca em termos resumidos: necessidade de implementação de medidas concertadas a nível mundial para evitar a fragmentação da Internet em cada um dos países; necessidade de efetivação de um esforço contínuo para enfrentar os desafios da governação da Internet, catalisando toda comunidade para uma cooperação multissetorial global da Internet; apelo à necessária transição do IPv4 para o IPv6 sobretudo dirigida aos ISP's.

Nesta sequência o governo brasileiro encetou uma iniciativa no sentido de convocar uma reunião mundial em 2014, tendo como propósito a discussão dos desafios e políticas públicas ao nível da governação da Internet. Este evento - Reunião Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet - anunciado publicamente pelo Presidente do ICANN, decorrerá em São Paulo nos dias 23 e 24 de abril de 2014.

Feito este enquadramento, foi defendido neste fórum, desde logo pela presidente do ISOC, Lynn St. Amour, que o problema da vigilância não é a falta de confiança na Internet mas sim nos nossos governos, a Internet foi aqui e apenas um meio. A Internet deve continuar a ser vista como uma ferramenta para comunicar, trocar informações, socializar, trabalhar em conjunto e fazer negócios. Sendo fundamental encontrar um compromisso de uma Internet verdadeiramente global, aberta e acessível a todos, onde a liberdade de expressão, o direito a gerar e divulgar conteúdos e o livre acesso à informação são princípios fundamentais e onde

⁵ Abrimos aqui um pequeno parênteses para chamar a atenção para o recém delegado .fk (Falkland Island), gerido pelo Reino Unido e também ele reclamado pela Argentina, não estivesse em causa o território também conhecido por Malvinas

⁶ <http://www.iana.org/>

⁷ <http://www.icann.org/en/news/announcements/announcement-07oct13-en.htm>

um utilizador responsável pode e deve sentir-se seguro . Quanto ao papel concreto do ICANN neste processo foi defendida uma posição conservadora. O ICANN, acima de tudo, deve continuar a garantir a sua função de coordenação técnica, garantindo o funcionamento eficiente e sem falhas da L-root. Porém, o ICANN faz parte do ecossistema da internet e não pode excluir-se das discussões em torno da governação da Internet, assumindo neste campo não uma posição de liderança mas antes de acompanhamento e contributo para o novo paradigma que se avizinha. O papel dos ccTLD's neste processo deverá ser também de acompanhamento participado, sobretudo porque são eles que conhecem de perto a realidade do respetivo país e que, a jusante, podem contribuir para a implementação de medidas concretas na sua comunidade. Refira-se ter ficado claro o facto do ICANN não representar os ccTLD's no debate alargado da governação da Internet.

Registo de domínios com dois caracteres

A este respeito a discussão foi breve, sendo opinião comum que cada registry deve decidir sobre seguir ou não essa mesma opção. Alguns ccTLD's partilharam a sua experiência nesta matéria, dizendo não ter tido até agora qualquer problema com os registos de domínios de segundo nível com um ou dois caracteres. Foi o caso do Chile e da Polónia. Curiosamente, as Ilhas Caimão, onde o registo é gratuito, afirmou permitir o registo de domínios com duas letras embora faça uma análise mais cuidada a este tipo de pedidos, que, por exemplo, não podem ser efetuados na plataforma online. Um dos problemas na mesa é a eventual questão da estabilidade e segurança do DNS, refira-se que o New gTLD Applicant Guidebook refere claramente a proibição de registo de gTLD's (primeiro nível) com dois caracteres para evitar confusão com ccTLD's já existentes ou em fase de criação (ISO 3166-1 standard). Ainda assim, foi afirmado que este é um problema que tem de ser gerido internamente por cada um dos ccTLD eventualmente interessados nesta opção.

Ao longo do dia 20 foram efetuadas diferentes apresentações sobre matérias de interesse para os ccTLD's presentes, a partilha de experiências e *know how* continua a ser uma prioridade neste fórum.

- **Combate às botnets⁸: o exemplo da Holanda, Cristian Hesselman, .nl**

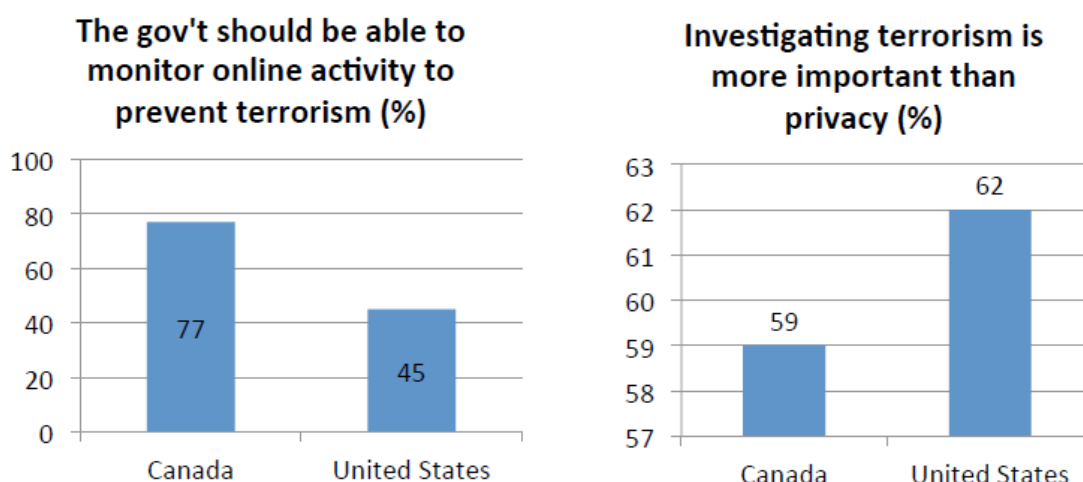
O registry .nl – SIDN – em conjunto com oito ISP's holandeses e com o apoio do Ministério dos Assuntos Económicos está a desenvolver um sistema de combate às botnets designado de AbuseHUB. A iniciativa começou a ser desenhada em abril de 2012 e sendo que, já em 2013, entre julho e outubro receberam e trataram mais de 1.5M de reports. Foi destacado o facto do registry holandês ter lançado esta iniciativa no sentido de contribuir para a implementação de uma cultura de segurança na Internet desse país, o facto de se ter associado aos ISP's trouxe-lhe aumento de conhecimento nesta área e uma clara aproximação em relação aos players do mercado que pode ser útil em termos de iniciativas futuras. O utilizador final ficará claramente

⁸ As botnets são redes de computadores ou smartphones infetadas por um determinado tipo de malware (mais conhecido como “vírus informático”), as quais são controladas por um determinado individuo ou grupo, e que servem vários propósitos específicos, tais como: roubo de identidade, roubo de informações confidenciais, extorsão, fraudes bancárias e ataques ou tentativas de infeção de outros sistemas online., in: <http://www.cert.pt/index.php/recomendacoes/1709-o-que-sao-botnets-mes-europeu-da-ciber-seguranca-2013>

e ganhar com uma Internet mais segura, os ISP's verão os seus custos de gestão de rede serem mais reduzidos, o governo viu aqui mais uma ferramenta contra o cibercrime, e, ao nível da investigação, foi feito um trabalho inovador que pode ser incrementado ou melhorado pela academia. Em suma, trata-se de uma iniciativa participada e onde se perspetiva que os frutos sejam transversais à comunidade Internet nacional.

- **Survey conduzido pela CIRA sobre vigilância da Internet, Allan Mac Gillivray, .ca**

No passado mês de agosto o registry canadiano, CIRA, conduziu um survey a nível nacional cujo objetivo foi o de avaliar a opinião dos canadianos sobre a eventualidade da rede estar a ser objeto de vigilância do governo, isto na sequência do anúncio público sobre o âmbito de intervenção da NSA⁹ nos EUA. Em 4 dias foram realizadas 1134 entrevistas ao público em geral, e os resultados obtidos foram particularmente interessantes: 51% dos canadianos entrevistados aceitam uma monitorização online do governo, este número cresce para 77% se o objetivo desta monitorização for o de contribuir para a luta contra o terrorismo. No âmbito dos resultados obtidos com este survey fez-se uma análise comparativa com o cenário do país vizinho (EUA), com os seguintes resultados:



A conclusão do survey foi que para os Canadianos os benefícios de estar online ainda continuam a se sobrepôr a uma eventual perda de privacidade

- **Criação de comité no Japão com vista à supervisão da gestão do DNS**

O modelo de gestão do Japonês .jp é particularmente curioso: este ccTLD é gerido por uma empresa privada, o JPRS – Japan Registry Services CO, lda -.Esta empresa tem um contrato com o JPNIC para gestão do ccTLD deste país. A ligação com o governo é meramente informal não havendo qualquer diploma legal que regule a atividade nem a sua competente forma de gestão. Nesta sessão o JPRS acabou por afirmar que os seus stakeholders são a comunidade vista como um todo e não uma qualquer instituição em particular. Refira-se que os próprios diretores da JPRS têm, cada um, ações correspondentes a 5% da empresa, grandes

⁹ <http://www.nsa.gov/about/mission/index.shtml>

companhias japonesas como a Sony e a Hitachi também aí têm participações e interesses económicos. O contrato existente entre o JPNIC e o JPRS prevê que este último seja responsável por uma gestão capaz de cumprir os requisitos técnicos e administrativos impostos desde logo a nível internacional, mantendo-se sempre o pressuposto da natureza pública do .jp. Acresce o facto da delegação poder ser transferida a todo tempo para uma outra qualquer entidade, sobretudo se houver comprovado comportamento danoso e tecnicamente disruptivo por parte do JPRS. Recentemente o governo decidiu num trabalho concertado com o registry, criar um conselho consultivo para acompanhamento da gestão do .jp, este órgão entrou em funções no passado mês de outubro indo finalizar o seu primeiro mandato em março de 2014. Trata-se de um grupo composto por 13 personalidades com a seguinte repartição setorial: 7 membros representativos da academia e investigação, 3 do setor privado, 2 da sociedade civil e 1 advogado.

- **Co-financiamento de programa de marketing para registrars .eu, Giovanni Seppia, Eurid**

Este programa foi lançado em 2009, não obstante já ter passado tempo suficiente que permitisse fazer uma avaliação sobre os resultados da iniciativa, ainda é difícil avaliar o seu impacto no crescimento do registo de domínios sob .eu. Entre 2010 e 2011 o programa cresceu consideravelmente, tendo hoje atingido mais de 90 candidaturas. O programa processa-se da seguinte forma, por cada domínio registado/renovado por um registrar acreditado de .EU, respetivamente, €0.75 e €0.30 são alocados a um fundo próprio que vai financiar depois campanhas dos registrars. Estas campanhas são propostas na plataforma online de utilização fechada dos registrars EURID e podem ser financiadas até 75%. Cabe ao EURID a decisão sobre qual as campanhas a financiar com base em critérios pré-definidos onde se destaca o possível impacto da campanha no crescimento do número de registos sob .eu, ou seja, trata-se de iniciativas relacionadas com publicidade em diferentes meios de comunicação, criação de prémios, merchandizing etc. Esta campanha foi recentemente premiada no âmbito da primeira edição dos CENTR Awards.

- **Survey conduzido pelo .au Survey 2013: avaliação do espaço de nomes Australiano, Sebastien Ducos, ARI**

Em 2013 a ARI (registry do ccTLD Australiano, .au) conduziu um survey durante três meses dirigido à comunidade internet local para avaliar parâmetros como qualidade do serviço prestado pelo registry, motivos da escolha de um .au em detrimento de outro TLD, fins e objetivos de cada domínio, etc. Com este survey o .au pretende ficar habilitado a gerir o serviço por forma a ir ao encontro dos seus utilizadores e da comunidade em geral. Um dado curioso que resultou deste estudo foi o de que as redes sociais servem hoje para promover os próprios domínios e não para gerar a concorrência que inicialmente se antecipava.

Public Forum

O ICANN encerrou a sua 48.ª edição com o chamado “*Public forum*”, onde a comunidade foi chamada a participar livremente, questionando e comentando abertamente todos os desenvolvimentos da semana de trabalhos. Nesta edição foi lançado um novo modelo de

interação com os presentes, os 20 minutos iniciais da sessão foram abertos à apresentação de sugestões de temas para levar à discussão.

Um dos assuntos que foi trazido à colação e que mereceu mais discussão foi o designado processo “gTLD’s Auctions”, cujos primeiros resultados serão publicados já entre fevereiro e março do próximo mês. Este mecanismo que permite fazer leilões de novos gTLD’s que se consideram confundíveis entre si é tido como um processo de último recurso – só os gTLD’s que tenham passado com sucesso todos os níveis de avaliação podem entrar neste processo. O ICANN aparece aqui como um facilitador e orienta a sua intervenção à luz do previsto na seção 4.3 do Applicant Guidebook¹⁰. Também neste leilão ganha quem apresentar a melhor oferta financeira. Neste momento, se a aplicação prática do conceito já foi ultrapassada, não obstante algumas discordâncias, a questão agora é a de saber para onde devem ser canalizados os fundos obtidos nestes processos, grande parte da comunidade defendeu a criação de um fundo autónomo a ser afeto ao novo programa de registo de novos gTLD’s, ou mesmo a possibilidade de ser criada uma comissão para gerir esse mesmo fundo.

Ainda relativamente aos novos gTLD’s, o ICANN anunciou estar a concluir o processo final de avaliação, tendo sido já convidados a contratar 960 candidatos, 275 dos quais já responderam afirmativamente. Hoje temos 1798 candidaturas prontas a avançar. Do total de objeções apresentadas, 65% foram resolvidas, sendo que 128 candidaturas foram retiradas pelos iniciais proponentes. Foi reiterada a questão dos contratos que estão a ser celebrados entre o ICANN e os registries destes novos domínios de topo, conterem disposições contrárias às leis aplicáveis, sobretudo em matéria de privacidade e proteção de dados, nos países em que alguns destes últimos estão sedeados.

¹⁰ <http://newgtlds.icann.org/en/applicants/agb>